

A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista

Marília Moschkovich^{1*} 

¹ Universidade de São Paulo (USP) - Brasil

*Autor de correspondência: mariliamoscou@usp.br

RESUMO

Por que a palavra “gênero” passou a ser empregada com diferentes sentidos por diferentes autoras, mesmo quando atribuem a essa palavra uma semântica idêntica (ou quase) à de outros termos como “mulheres” ou “sexo” ou mesmo àquela de conceitos como “*rappports sociaux de sexe*”, se tais categorias já eram efetivamente usadas antes da formulação do gênero como um conceito? Aquilo que aqui chamamos de tríplice semântica do gênero deve ser entendida a partir de sua articulação com as condições de sua produção e de uma análise fundamentada de sua difusão e sua posição atual nas Ciências Sociais e Humanidades. Algumas questões são cruciais para a compreensão da circulação, difusão e recepção do conceito de gênero, bem como para realizar a análise de possíveis consequências teóricas, conceituais e institucionais da elaboração e circulação desse conceito - tanto no campo acadêmico quanto em suas intersecções com o campo político. O mapeamento aqui proposto como um ponto de partida, permite fundamentar futuras análises sobre a circulação internacional do conceito de gênero e a própria formação dos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher. Ele indica, junto à proposta de compreender os usos do “gênero” como uma tríplice semântica, a necessidade de uma articulação teórico-empírica que permita elucidar processos não apenas sociais, mas também epistêmicos envolvidos na circulação e, sobretudo, na conformação de um conceito como sendo a forma dominante de abordar determinado problema social ou sociológico. Se, por um lado, o presente artigo se concentrou na variação de usos e abordagens que produzem distintos sentidos para um termo que, originalmente, é um conceito; por outro, deixamos indicados, como conclusão, cinco pontos fundamentais na busca pela contextualização mais aprofundada dos processos pelos quais essa variação passou a existir. É apenas, portanto, na articulação dessas duas dimensões analíticas, que pode haver alguma contribuição ligeiramente mais completa para a compreensão das Ciências Sociais e Humanidades sobre processos dessa natureza.

PALAVRAS-CHAVE:

Gênero
Teoria feminista
Epistemologia

Introdução: da experiência do corpo à expressão da linguagem - Judith Butler, a experiência viva de um ícone¹

Olhos jovens e ávidos se perfilavam pelos corredores gelados. As paredes cobertas de cartazes, *slogans* de militância e anúncios de “*Comparto Depto*” - “Compartilho Apartamento” -, meia dúzia de informações oficiais sobre horários de aulas e professores, em período de férias. A antiga fábrica de cigarros que, em 1973, foi transformada na Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Buenos Aires (UBA), agora era espaço para uma pequena multidão de estudantes animados naquela tarde de setembro de 2015. A fila começava nas grandes portas da *Aula 108*, um auditório onde alguém distribuiu pulseiras coloridas como ingressos para a aclamada e ansiosamente aguardada apresentação. O público vibrava na expectativa de conhecer, em carne e osso, a grande autora, que parece alcançar o *status* de lenda viva da filosofia, nos âmbitos dos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher e nos Estudos Queer.

Com a elegância de quem chega ligeiramente atrasada, Judith Butler foi vigorosamente aplaudida enquanto subia ao palco, em toda a grandeza de sua pequena pessoa, seguida por Graciela Morgade, professora e pesquisadora do Departamento de Ciências da Educação e diretora da Instituição. O título de Doutora Honoris Causa seria em breve entregue a Butler, sob uma segunda onda de aplausos. Segundo a professora que conduziu a cerimônia, a decisão de prestar aquela grande homenagem ao trabalho de Butler não foi unânime e a comissão avaliadora teve de submeter a votação aquela indicação, razão pela qual Morgade estava, em suas próprias palavras, “absolutamente indignada” durante a cerimônia. Butler então prosseguiu com uma palestra bastante interessante intitulada “*Foucault, obrando mal, diciendo la verdad*”, o que poderia ser traduzido por algo como “Foucault, transgredindo, ao dizer a verdade”.

O público, absolutamente quieto, parecia deliciar-se com a palestra. Como um xamã, a filósofa hipnotizava a multidão. Cheia de sagacidade, suas

¹ Uma primeira versão deste texto foi publicada em inglês, como parte de minha tese de doutorado *Feminist Gender Wars*, defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP em junho de 2018. Ver MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. *Feminist gender wars: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge*. 2018. 1 recurso online (202 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635995>. Acesso em: 19 dez. 2024. Tradução da presente versão: Ricardo Martins Valle.

perspicazes agudezas – alfinetantes como *witze, wits, mots d’esprit* – conduziam muitas vezes o auditório ao riso. No silêncio da audiência, pontualmente interrompido de quando em quando pelo rumor bem humorado daqueles olhos fixos, a admiração transbordava pelo levantar das sobancelhas e pelo assentir das centenas de cabeças que, a certa altura, já se espremiavam pelas laterais do palco e por todos os cantos do auditório. Nenhum assento vazio.

Ao final da palestra, tentando estabelecer algum debate, Judith Butler pediu que o público escrevesse e enviasse suas perguntas ao palco, para que ela tentasse comentá-las e respondê-las. Dentre centenas de pessoas, um único e solitário pedaço de papel cruzou o auditório e foi parar nas mãos nodosas da filósofa. A anfitriã argentina então leu a pergunta em espanhol e logo a traduziu para o inglês. Alguém questionava se ela poderia discutir a questão da transgressão na obra de Foucault. “Bem, a resposta para isso é toda a palestra que acabei de dar”, respondeu Butler, afirmando que não a repetiria. De fato, a pergunta era uma mistura bastante geral do título com partes abstratas da palestra, que acabava de ser discutida por duas horas pela autora. Afinal, quem se importava com a relevância das perguntas? O ponto principal ali não era realmente esclarecer o entendimento de ninguém sobre o trabalho de Foucault ou mesmo de Butler, mas sim experimentar a presença viva de um ícone.

É impossível separar o sucesso de Butler de seus sólidos, controversos e profundos *insights* sobre as teorias de gênero e feministas. Seu caso específico abre diversas possibilidades de pesquisa, que podem, entre outras coisas, questionar como sua obra veio a tornar-se canônica, investigar o papel de sua circulação internacional e midiática nesse processo ou avaliar a importância das traduções de seu trabalho nessa trajetória. Atualmente, quase 30 anos após a primeira edição de *Gender Trouble*, seus mais importantes pontos-de-vista sobre essa discussão já são outros. No entanto, não é exagero afirmar que a quase totalidade da jovem audiência presente naquela *Aula 108*, no dia 18 de setembro de 2015 (incluindo eu!), conheceu Judith Butler primeiramente por ter descrito a matriz heterossexual como o instrumento central que faz do gênero um sistema, sendo também bastante provável que a maior parte do público a considere a primeira ou uma das primeiras autoras a discutir o que hoje chamamos de “gênero” nesses termos.

Poucos dias depois, quando eu ainda estava em Buenos Aires, notícias do Brasil começaram a chegar em minhas caixas de entrada e redes sociais. Era um protesto na entrada do SESC Vila Mariana, em São Paulo (SP). Cartazes e palavras de ordem contra a “ideologia de gênero” foram erguidos e sacudidos no ar, enquanto Judith Butler subia ao palco para começar sua palestra dirigida a uma multidão de brasileiros animados, que disputavam os poucos lugares do auditório. Entre os manifestantes: a juventude conservadora de uma ONG batizada com o nome de um dos fundadores da TFP – Tradição, Família e Propriedade – movimento conhecido entre outras coisas por seu apoio de primeira hora à ditadura militar brasileira. Nos meses que antecederam e que se seguiram à visita de Butler, intensos debates e mesmo votações legislativas decorreram de sua presença no Brasil: o “gênero” estava sendo censurado nas leis municipais de educação – fato que ela mesma comentou em sua fala do dia 9 de setembro de 2015 (Assis, 2015).

Nada surpreendentemente, no final de 2017, em sua segunda visita ao Brasil, após dois anos de uma forte escalada nas tensões sociais e políticas no país, outro protesto foi montado na frente do local de sua palestra – dessa vez, uma mobilização conservadora muito mais violenta e numerosa. Nesta ocasião, ativistas “antigênero”, jovens e velhos, religiosos e não religiosos, puseram fogo num grande boneco com seu rosto estampado, com um chapéu preto pontudo na cabeça e um sutiã sobre as roupas pretas de bruxa – numa referência anti-feminista à queima de sutiãs em protestos famosos da década de 1960, a perfazer simbolicamente os ritos cristãos que levavam mulheres à fogueira fosse em Salem fosse nas praças de Madrid ou Lisboa, acusadas de bruxaria muitas vezes por terem ousado falar e proceder fora das práticas socialmente fixadas para a voz e o corpo femininos.

Gênero: um balaio de termos

Os episódios ruidosos envolvendo Judith Butler no Brasil indicam quanto a ideia de gênero assumiu na sociedade brasileira um papel central para o debate político e para a opinião pública. Quando consideramos o sistema de Educação Superior no Brasil, percebemos que, para além do debate público, gênero tornou-se também uma ideia estabelecida, utilizada para formar e nomear diferentes espaços institucionais, entendendo por essa expressão os espaços em que funcionam estruturas estáveis de distribuição de poder,

capazes de legitimizar e impor normas gerais para regular e moldar a ação de um grande número de pessoas, que por sua vez agem coletivamente em prol da reprodução e manutenção da própria instituição - como discutido por Lagroye e Offerlé (2010). Até 2014, a CAPES (2014) possuía três Programas de Pós-Graduação registrados sob com o nome contendo “gênero” e “feminismo”: um de especialização, um de mestrado e um de doutorado. Atualmente, são dezenas de cursos de pós-graduação com linhas de pesquisa que explicitam tratar de “gênero” ou “feminismo” em suas descrições, ainda que não sejam programas específicos de estudos de gênero. O termo também está presente nos nomes de dezenas de grupos de pesquisa por todo o país e em periódicos dedicados explicitamente a trabalhos científicos relacionados às temáticas de gênero, seja como conceito, seja como tema, seja como tópico de pesquisa. Diversos eventos, simpósios e até mesmo prêmios científicos passaram a trazer o termo “gênero” em seus títulos e entre seus objetivos (CNPq, 2013; Rosa, 2007).

Este quadro é, no entanto, relativamente novo. Numa das primeiras revisões importantes da literatura sobre o conceito de gênero, Scott (1986) mostra o verbete de um dicionário de língua inglesa que, na década de 1940, considerava um erro ou piada quando alguém se referia à palavra “gênero” como a distinção entre “masculino e feminino”. Nos espaços institucionais de produção de conhecimento, a área dos “Estudos de Gênero” também nem sempre existiu. É, de fato, uma área recente de estudos e pesquisas, tendo surgido institucionalmente no Brasil na década de 1990 (MOSCHKOVICH, 2018). Alguns anos antes, os termos “feminino” e “feminismo” eram preferencialmente empregados para nomear e descrever o que nos dias de hoje acabou se tornando a área de Estudos de Gênero/Feministas/da Mulher. Cada uma dessas palavras e seus usos estão ligados a diferentes perspectivas teóricas e políticas; e as diversas combinações entre esses termos não indicam apenas uma falta de unanimidade em relação ao conceito de gênero, mas também estratégias criativas utilizadas por diferentes autoras para a afirmação dos próprios interesses de pesquisa e de sua legitimação (MOSCHKOVICH, 2018).

Todas as variações e complexas combinações dos termos “sexo”, “gênero”, “feminismo” e “feminino” permitem questionar mais profundamente a impressão superficial de que são de algum modo formas equivalentes e de

que “gênero” apenas substituiria o que antes era designado como “sexo”, reduzindo o conceito de gênero a um substituto para a distinção “masculino”/“feminino” como categorias sociais. Cada um destes e daqueles termos são maneiras específicas de nomear e, assim, operar classificações de uma esfera específica da vida social. Tais classificações não coexistem de forma independente ou isoladas umas das outras, pois carregam diferentes posicionamentos políticos e teórico-epistemológicos em torno de um objeto delimitado e em disputa. Este artigo pretende recuperar pelo menos parte da pragmática e da semântica do termo “gênero” sem cristalizar nenhum significado como mais ou menos legítimo para o uso. Em vez disso, este ensaio deseja suscitar distinções de acordo com as implicações dos usos de “gênero” com este ou com aquele significado, na confluência dos usos e sentidos de um termo constituído pela controvérsia.

É, de fato, uma tarefa difícil para a teoria social apresentar uma definição suficientemente estrita e rigorosa que forneça um conceito único para a ideia de gênero. Trata-se de um desafio teórico, já mencionado por Scott (1986), sistematicamente reafirmado por outras revisões da literatura, como o estado da questão descrito por Haraway (1991), e indicado até mesmo em enciclopédias de diferentes matrizes linguísticas e territoriais (TONG, 2001; GAMBA, 2007b; HIRATA et al., 2009). Embora seja um conceito – o que significa que estamos falando de um dispositivo teórico que demanda definição – as disputas sobre os contornos desse termo tornam a tarefa extremamente complexa.

No trabalho de pesquisa de que este artigo é um resultado, foram analisadas dezenas de revisões teóricas publicadas em inglês, espanhol, português e francês com o objetivo de mapear e descrever os usos e interpretações do conceito de gênero (MOSCHKOVICH, 2018). Contudo, tanto lá quanto aqui, o objetivo não é chegar a uma definição final para o que seja gênero. O foco da análise é, antes, o conjunto de disputas e reformulações dessa ideia, assim como as variações e correções que indicam a falta de unidade e de consenso a esse respeito. Assim, as fontes não serão aqui apresentadas em detalhes, pois se abrem a uma multidão ainda maior de referências². Elas foram, no entanto, a base para o desenvolvimento da

² No referido trabalho, procurei sistematizar definições e posições mapeadas a partir de um conjunto amplo de cerca de 50 materiais bibliográficos entre revisões teóricas já publicadas, entrevistas e capítulos de dicionários especializados da área. A lista completa pode ser

tipologia apresentada a seguir, denominada “tríplice semântica do gênero”. Essa tipologia foi construída a partir da articulação do conteúdo apresentado pelas fontes consultadas, com observações sobre os casos francês e estadunidense de formação de uma área institucionalizada de Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher nas universidades. Essa articulação, embora não seja profundamente detalhada neste artigo, se sustenta uma vez que se trata dos contextos em que o conceito de gênero foi elaborado, conforme discuti no trabalho mais amplo de que esta publicação se deriva (MOSCHKOVICH, 2018).

Para apresentar de uma maneira suficientemente rigorosa as várias afirmações sobre o que seria ou não seria o gênero, foi essencial primeiro distinguir os usos descritivos da palavra – ou seja: os casos em que a palavra é usada sem uma articulação do conceito para explicar algo – de seus usos conceituais. Assim, em relação aos usos conceituais do termo “gênero”, foi útil considerar o histórico de formulações conceituais anteriores nos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher, o que permitiu distinguir as circunstâncias em que a palavra “gênero” estava sendo utilizada simplesmente como um novo nome para conceitos anteriores, daquelas em que se tratava realmente de um novo conceito, original em si mesmo. Desse modo, foi possível categorizar em três usos diferentes as formas mais comuns e recorrentes de reivindicação do termo “gênero” – daí a ideia de uma “tríplice” semântica. Antes de prosseguir, contudo, a seção seguinte pretende destacar e sintetizar o conteúdo conceitual, epistemológico e teórico que desempenha um papel central na forma como esta análise propõe a compreensão dos usos de gênero, por meio de sua herança, enquanto continuidade e ruptura, ao mesmo tempo.

A herança conceitual do termo “gênero”

O presente texto procura mostrar que o conceito de gênero carrega uma herança não apenas no que diz respeito às relações políticas e às disputas e tensões ocorridas durante o processo de formação e institucionalização dos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher, mas também no que diz respeito ao seu núcleo teórico. Afinal, não é a única muito menos a primeira tentativa teórica feita nas Ciências Sociais e Humanidades para explicar como as relações e práticas sociais se efetivam naquela dimensão específica da vida acessada em Moschkovich (2018).

social que atualmente, sem muita dificuldade, chamamos de gênero. Com efeito, esse conceito foi sendo construído a partir do debate entre posições e ferramentas teóricas previamente existentes. Também não houve um único momento ou uma autora primordial que possam ser apontados como marco-zero para o conceito de gênero. Embora a formulação da categoria de “sistema sexo/gênero” por Rubin seja frequentemente mencionada como uma síntese, que se tornaria central para o desenvolvimento desse conceito, a própria autora tem afirmado repetidamente, em entrevistas e escritos (RUBIN, 2011; RUBIN, BUTLER, 2003), que, naquela época, em muitos espaços feministas de Universidades nos Estados Unidos e Reino Unido, a ideia de “gênero” já vinha sendo debatida e refletida e que, embora já fosse presente, ainda aguardava formulações mais tangíveis. É possível, portanto, afirmar que a tarefa de formulação do conceito de gênero foi realizada coletivamente por diversas autoras, ao longo dos últimos 40 anos, talvez um pouco mais, se tomarmos como ponto de referência a publicação em 1975 do texto de Rubin nessa linha temporal (HARAWAY, 2004; SCOTT, 1986; CONNELL, PEARSE, 2015; GAMBA, 2007a; HIRATA et al., 2009).

Isso é o que torna a herança teórica do conceito de gênero tão central na compreensão das tensões em torno dele. Em um primeiro momento, o termo gênero se aproximou das ideias de “sexo” e de “relações sociais de sexo” – *“rapports sociaux de sexe”*. Posteriormente observamos distinções que o tornaram um conceito original em si mesmo. Compreendemos, enfim, analiticamente que, apesar de algumas das variantes interpretativas do conceito poderem estar verdadeiramente baseadas em divergências conceituais ou teóricas, muitas delas são, de fato, de natureza política ou mesmo institucional, por diferenças, em alguma medida, burocráticas, disciplinares e até departamentais em alguns casos (MOSCHKOVICH, 2018).

É possível encontrar proposições comuns entre o conceito de gênero, de um lado, e as ideias de sexo como categoria analítica, tal como a utilizada por Mead e Beauvoir, e *“rapports sociaux de sexe”*, de outro. Em primeiro lugar, porque todas as três formulações fazem parte de um esforço maior para trazer às Ciências Sociais o objeto que hoje chamamos de “gênero” ou “relações de gênero”, que antes era visto como um objeto mais legítimo das ciências médicas e biológicas. Tal esforço abrangeu processos semelhantes para outros

objetos, disciplinas e áreas de estudo, e integrou a construção da legitimidade das Ciências Sociais e Humanidades no campo científico.

Em segundo lugar, o conceito de gênero e o princípio teórico do conceito de relações sociais de sexo (*“rapports sociaux de sexe”*) são fundamentalmente semelhantes em dois outros aspectos, embora o mesmo não possa necessariamente ser dito sobre o uso do termo “sexo” como categoria analítica em Mead e Beauvoir: (i) a proposição de que tal objeto deve ser analisado como um sistema, no qual categorias como “homem” e “mulher” ocupam lugares diferentes em uma estrutura maior que abrange outras categorias, subcategorias e práticas; e, como consequência, (ii) a proposição de que tal objeto deve sempre ser investido de uma perspectiva relacional. Neste sentido, haveria uma proposição epistêmica essencialmente dialética: pesquisar e analisar qualquer das categorias do sistema e as relações entre elas deve necessariamente contribuir para a compreensão do sistema como um todo, ao mesmo tempo que a compreensão do sistema contribui para o entendimento das categorias que o constituem, uma vez que nenhuma delas poderia ser isolada, por serem constituídas a partir das distinções e afinidades que mantêm entre si, ou seja, por serem definidas a partir de suas posições dentro do sistema, por sua vez determinantes das relações que efetivamente podem ser estabelecidas.

Apesar da base comum, esses não são, porém, conceitos idênticos. Ao examinar o que chamamos de tríplice semântica do conceito de gênero, podemos identificar melhor o que o conceito de gênero trouxe como inovador ou original em termos teóricos. Como a seção seguinte do texto procura mostrar, nada disso parece estar desconectado das relações de disputa, concorrência, tensão e colaboração que permearam a elaboração desse conceito.

A tríplice semântica do “gênero”

Conforme mencionado anteriormente, a categorização apresentada a seguir foi construída a partir de uma análise profunda de um amplo conjunto de revisões de literatura especializada publicadas em quatro idiomas desde o trabalho de Scott (1986). Essa análise, articulada com a discussão já apresentada, resultou em uma tipologia das afirmações feitas sobre o que seria ou não “gênero”, abrangendo três usos do termo: (a) o uso **descritivo** de

gênero; (b) o uso **substitutivo-conceitual** de gênero; e (c) o uso **original-conceitual** de gênero. Cada uma dessas formas de usar o termo ou alguma ideia de “gênero” será descrita a seguir.

A) O uso descritivo de gênero: gênero como um termo

Este é provavelmente o uso mais frequente de “gênero”: o uso de “gênero” como um termo e não como um conceito. Em tais casos, a palavra “gênero” é usada superficialmente para indicar um objeto que um trabalho menciona, embora não articule necessariamente qualquer interpretação teórica do conceito a fim de explicar o caso ou fenômeno sob investigação. São trabalhos em que a palavra “gênero” apenas substituiu as palavras “mulher”, “mulheres”, “sexo”, “sexos” e similares. Muitos casos desse uso de “gênero” podem ser encontrados, por exemplo, em artigos recentes publicados em periódicos de diversas disciplinas, baseados em pesquisas de caráter estatístico que, em vez de separarem as amostras ou populações de acordo com “sexo - masculino/feminino”, estão frequentemente usando a chave “gênero - macho/fêmea” ou “gênero - masculino/feminino”. São trabalhos que geralmente não procuram mobilizar ou articular o conceito de gênero (ou algum conceito de gênero) ao explicar seus resultados, nem mesmo quando discutem a construção da pesquisa. Há também exemplos menos evidentes, mas igualmente comuns, em trabalhos não estatísticos de diferentes áreas.

A recorrência dessa forma de utilização do termo “gênero” pode ser percebida, em princípio, como resultado de sua rápida difusão nos espaços acadêmicos. Contudo, numa hipótese ainda mais interessante, também é possível pensar, em sentido inverso, que o uso do termo “gênero” sob essa forma meramente descritiva, superficial e não teórica talvez seja, de fato, a principal razão de sua difusão tão rápida, numa disseminação do termo feita à margem do conjunto de tensões teóricas, políticas e institucionais que originalmente o produziram e alheia aos próprios aspectos teóricos e epistemológicos que o configuraram como terminologia mais adequada à escrita acadêmica, mesmo quando não se explicitam suas bases teóricas.

Muitos trabalhos mencionam a aceitação do termo “gênero” fora dos espaços feministas, justamente porque ele costuma soar como supostamente mais neutro do que “feminino” ou “feminismo”. Esse traço socialmente atribuído à palavra “gênero” foi, inclusive, utilizado estrategicamente por

autoras e autores nos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher, no interior das disputas travadas dentro de suas disciplinas e áreas de saber, como uma forma de construção de sua legitimidade no campo acadêmico. O risco perverso da disseminação dessa neutralidade em seu uso é concretamente expresso no fato de que esse tipo de emprego do termo revela-se uma forma de desviar a atenção de um grupo social específico – isto é, as mulheres – para supostamente abranger a sociedade “em geral” – como se se tratasse de um simples sistema de distinção sexual entre homens e mulheres, entre macho e fêmea –, abrindo todas as brechas para usos e abordagens não feministas das relações de gênero. São abordagens que se esquivam de observar e analisar, a partir de uma perspectiva crítica, as relações de poder e dominação que operam e impõem posições dentro desse sistema. Com isso produz-se uma ideia de gênero mais bem-vinda em espaços não feministas, dentro ou fora da academia. As interpretações propriamente conceituais de gênero, descritas a seguir, tornam tais usos inconsistentes, senão impossíveis.

B) O uso substitutivo-conceitual de gênero: gênero como um novo nome para conceitos previamente formulados

Outro uso de gênero é o que aqui foi chamado de “uso substitutivo-conceitual”. Diferentemente do apresentado anteriormente, esse uso, que pudemos identificar nas fontes consultadas, é de fato conceitual, articulado a proposições teóricas e a uma episteme própria. Ele está intimamente ligado a análises que surgiram do conceito de “*rappports sociaux de sexe*” e inclui casos em que algumas autoras usam “gênero” como uma forma de nomear ou renomear o que já havia sido descrito pelo conceito francês. Esse uso se tornou mais comum após a consolidação do conceito de gênero como um conceito dominante no campo acadêmico (e às vezes no campo político), o que ocorreu mais ou menos entre as décadas de 1980 e 1990 em grande parte do mundo.

Essa abordagem reafirma que, embora o gênero seja uma construção social operada como um sistema no qual as categorias existem e funcionam apenas em relação umas às outras – relações que são sempre relações de poder –, ele teria seu fundamento nas diferenças entre os corpos biológicos (no chamado “dimorfismo sexual” ou nas ditas “diferenças sexuais”), particularmente no que diz respeito às suas funções reprodutivas. Essa proposição é frequentemente associada ao conceito de patriarcado por autoras

que reivindicam essa interpretação para “gênero”. Tal abordagem sustenta a afirmação de que haveria uma desvantagem histórica das mulheres em diferentes sociedades e em diferentes épocas por conta dessas diferenças sexuais e da opressão socialmente construída. Ao mesmo tempo, a desvantagem não é vista como algo obrigatório, e seria possível subvertê-la, segundo diversas das autoras que empregam o termo nessa acepção.

C) O uso original-conceitual: gênero como um conceito em si mesmo

Por fim, o terceiro uso de gênero se sustenta em sua particularidade ou originalidade teórica, e no que traz de inovador ao que vinha sendo produzido e debatido anteriormente na área que hoje se denomina Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher. Essa forma de abordar gênero o interpreta como um conceito que se opõe a uma divisão fixa entre uma verdade biológica e uma construção social. Por isso, não é de se estranhar que muitas autoras que utilizam essa abordagem tenham seus trabalhos fundamentais elaborados em um diálogo com antropólogas (como a própria Rubin) e filósofas (como Butler), ou seja, autoras oriundas de tradições disciplinares nas quais o exame das relações entre natureza e cultura teve um papel central no questionamento de características humanas supostamente universais. Seria possível afirmar que tal compreensão do conceito de gênero é uma forma muito condensada do processo mais geral de trazer um objeto – as “relações de gênero” – das Ciências Biológicas, ou Naturais, para as Ciências Sociais e Humanidades, engatilhado principalmente na virada do século XIX para o XX e consolidado a partir de meados desse.

Esse questionamento sobre a separação entre um corpo supostamente natural, ou biológico, e as construções sociais feitas sobre ele mostra-se possível uma vez que gênero é aqui entendido como um sistema simbólico que funciona como uma chave para interpretar o próprio corpo diversas sociedades humanas. Assim, falar de gênero no uso conceitual-original significa assumir que a diferença sexual não existe em si mesma, sendo parte de uma determinação simbólica e, portanto, cultural desde seu princípio. A partir disso, torna-se possível afirmar que as práticas pautadas pelo gênero variam conforme os períodos históricos e as sociedades, não representando necessariamente relações de vantagem/desvantagem, como propõe a ideia de “patriarcado”, ainda quando considerada a distribuição obrigatória e

assimétrica de poder dentro de um sistema de gênero. Nesse sentido, a própria forma de entender, classificar e nomear o corpo e, em especial, a genitália, é entendida como sujeita a modificações históricas e culturais; dessa maneira, a ideia de um dimorfismo sexual ou de uma diferença sexual universal e inata é derrubada.

Recepção e circulação:

entre análises epistêmicas e sociológicas para o futuro

Por que, afinal, a palavra “gênero” passou a ser empregada por autoras que na verdade querem dizer “mulheres” ou “sexo” ou mesmo “*rappports sociaux de sexe*”, se tais categorias já eram efetivamente usadas antes da formulação do gênero como um conceito? Aquilo que aqui chamamos de tríplice semântica do gênero, como mencionado anteriormente, deve ser entendida a partir de sua articulação com as condições de sua produção, e também com uma análise fundamentada de sua difusão e sua posição atual nas Ciências Sociais e Humanidades. Embora o objetivo deste artigo não seja examinar essas relações, alguns pontos importantes merecem atenção, como uma maneira de indicar possíveis caminhos para que se compreenda em futuras pesquisas essa tríplice semântica.

Algumas questões são cruciais, nesse sentido, para a compreensão da circulação, difusão e recepção do conceito de gênero, bem como para realizar a análise de possíveis consequências teóricas, conceituais e institucionais da elaboração e circulação desse conceito – tanto no campo acadêmico quanto em suas intersecções com o campo político. São elas:

(i) a multiplicidade de significados do termo “gênero”, a sua proximidade com formulações teóricas que o antecederam e a sua originalidade quando comparada com elas;

(ii) a competição entre autoras, disciplinas, conceitos e tradições de produção intelectual já estabelecidas – seja entre eles, seja em relação ao novo conceito e a importância das relações entre marxismo e feminismo, no caso particular do gênero;

(iii) o momento de “crise” política e científica das décadas de 1960 e 1970 como uma janela de oportunidade para mudanças em relações previamente estabelecidas, seja no campo acadêmico, na sua intersecção com o campo político ou no próprio campo político;

(iv) a expressão das relações controversas entre os campos acadêmico e político nos questionamentos sobre o papel das universidades e da produção do conhecimento científico na sociedade, incluindo a competição entre o conhecimento produzido na academia e o conhecimento produzido em outros espaços; o modo como tais relações são determinadas pela existência e pelas relações entre tais espaços; nesse contexto, a oposição (ao menos no discurso) entre “militantes” e “acadêmicos” e suas respectivas estratégias de ação;

(v) o contexto mais amplo da constituição das Ciências Sociais e Humanidades ao longo do século XX como um campo legítimo de saber, incluindo suas disputas no campo científico – particularmente a disputa sobre a natureza dos objetos e as formas de abordá-los – e, de forma mais geral, a dinâmica de circulação do conhecimento nas Ciências Sociais e Humanidades.

Esse mapeamento de cinco pontos, disposto aqui como um ponto de partida para futuras pesquisas (embora constando na conclusão do artigo), permite fundamentar com maior propriedade futuras análises sobre a circulação internacional do conceito de gênero e a própria formação dos Estudos de Gênero, Feministas e da Mulher. Ele indica, junto à proposta de compreender os usos do “gênero” como uma tríplice semântica, a necessidade de uma articulação teórico-empírica que permita elucidar processos não apenas sociais mas também epistêmicos envolvidos na circulação e sobretudo, na conformação de um conceito como sendo a forma dominante de abordar determinado problema social ou sociológico. Se, por um lado, o presente artigo se concentrou na variação de usos e abordagens que produzem distintos sentidos para um termo que, originalmente, é um conceito; por outro deixamos indicados, como conclusão, cinco pontos fundamentais na busca pela contextualização mais aprofundada dos processos pelos quais essa variação passou a existir. É apenas, portanto, na articulação dessas duas dimensões analíticas, que pode haver alguma contribuição ligeiramente mais completa para a compreensão das Ciências Sociais e Humanidades sobre processos dessa natureza.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca (Ed.). *Gênero: Uma perspectiva global*. São Paulo: NVersos, 2015.

- GAMBA, Susana (Ed.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2007a.
- GAMBA, Susana. Estudios de género/Perspectivas de género. In: _____, p. 119-122.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004. doi:10.1590/S0104-83332004000100009.
- HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Ed.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. ISBN 9788571399877.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. **Feminist gender wars** : the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge . 2018. 1 recurso online (202 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635995>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- RUBIN, Gayle S. (Ed.). *Deviations: A Gayle Rubin reader*. Durham: NC and Duke University Press, 2011. ISBN 0822349868.
- RUBIN, Gayle S.; Butler, Judith. Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003. doi:10.1590/S0104-83332003000200008.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, p. 1053-1075, 1986.
- TONG, R. *Feminist Theory*. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Elsevier, 2001. ISBN 9780080430768, p. 5484-5491.

ABSTRACT: Why is the word “gender” used by various authors with multiple meanings, even when the semantics they attribute to it is virtually the same one from words like “women” or “sex” or even concepts like “social relations of sex” (rapports sociaux de sexe), if such categories were already effectively used before the formulation of gender as a concept? What we call here the triple semantics of the genre must be understood based on its articulation with the conditions of its production and a well-founded analysis of its diffusion and its current position in the Social Sciences and Humanities. Some questions are crucial for understanding the circulation, diffusion and reception of the concept of gender, as well as for analyzing possible theoretical, conceptual and institutional consequences of the elaboration and circulation of this concept – both in the academic field and in its intersections with the field political. The mapping proposed here as a starting point allows us to base future analyzes on the international circulation of the concept of gender and the formation of Gender, Feminist and Women's Studies itself. It indicates, together with the proposal to understand the uses of “gender” as a semantic triple, the need for a theoretical-empirical articulation that allows elucidating not only social, but also epistemic processes involved

in the circulation and, above all, in the formation of a concept as being the dominant way of approaching a given social or sociological problem. If, on the one hand, this article focused on the variation in uses and approaches that produce different meanings for a term that is originally a concept; on the other hand, we indicate, as a conclusion, five fundamental points in the search for a more in-depth contextualization of the processes through which this variation came to exist. It is only, therefore, in the articulation of these two analytical dimensions, that there can be a slightly more complete contribution to the understanding of Social Sciences and Humanities about processes of this nature.

KEYWORDS: Gender, Feminist theory, Epistemology.